

# Para o Governo, orçamento não é grande problema

*Carmen Kozak*

O governo não está preocupado com o prazo limitado que tem — uma semana — para enviar à Comissão Mista de Orçamento o substitutivo à proposta orçamentária do ano que vem. Pelo menos nessa área, Executivo e Legislativo estão se entendendo muito bem, chegando os técnicos do Ministério do Planejamento e do Congresso a trabalhar em conjunto. Assim, mesmo que a área econômica deixe para o dia 22 — quando inicia a votação do orçamento — a entrega do substitutivo, a cúpula da Comissão já terá um parecer sobre as alterações feitas em relação à primeira proposta.

Ao contrário das expectativas, a Comissão Mista de Orçamento — uma das principais prerrogativas dadas ao Congresso pela nova Constituição — não está confrontando o governo, apesar de ter plenos poderes para isso. Sua composição é caracteristicamente governista e, em favor da área econômica do governo José Sarney, não existem grandes oposições à “operação desmonte” — exceto na área de transporte, que traduz interesses políticos regionalizados.

## Rotina

As conversas entre o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e a cúpula da Comissão também são rotineiras. Segundo o relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) o ministro assegura que “nada é inegociável”, nem mesmo o pagamento de 25% das dívidas dos Estados, que motiva os governadores à protestos diários. Os Estados querem pagar apenas 10% de suas dívidas e talvez esteja aí o ponto de negociação para a redução de gastos que o governo pretende fazer em algumas áreas.

O relator-geral tenta não manifestar sua opinião em relação à proposta orçamentária do Governo, mas já disse que “há excessos em algumas áreas que poderão ser

12 NOV 1988  
JORNAL DE BRASÍLIA  
JORNAL DE BRASÍLIA

Luis ajes 08 08 88



*Comissão não contraria Abreu*

alocados para setores com receita subestimada”. Almir Gabriel acha fundamental centralizar os recursos orçamentários em áreas básicas como: educação, saúde, previdência, habitação e transportes. Isso, sem dúvida, representa uma modificação na estrutura do orçamento do próximo ano, que na proposta do governo mantém a centralização dos recursos nos Ministérios do Planejamento e Fazenda e na Presidência da República.

## Prerrogativas

Até agora, no entanto, os membros da Comissão de Orçamento não demonstraram preocupação com a estruturação do orçamento do próximo ano. Esqueceram, de alguma maneira, que as suas prerrogativas, tão defendidas durante a Constituinte, consistem em um controle criterioso dos gastos públicos. Na elaboração de seus relatórios setoriais, acabaram aumentando de maneira significativa as receitas de cada área. No Ministério dos Transportes, por exemplo, o relator, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), aumentou em quase Cz\$ 1 trilhão os gastos, reabastecendo os cofres do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), afetado pela Operação Desmonte, e prevendo aumento no trecho a ser construído, no próximo ano, da Ferrovia Norte-Sul.